

DEL MULTILINGÜISMO HACIA EL PLURICULTURALISMO EN LA UNIÓN EUROPEA

DO MULTILINGUISMO AO PLURICULTURALISMO NA UNIÃO EUROPEIA

Paula Alexandra Carvalho de Figueiredo*
Charles Ysaacc da Silva Rodrigues**

Artículo recibido: 20-02-2017

Aprobado: 03-03-2017

Resumo

A promoção da diversidade linguística tem sido um dos princípios elementares da União Europeia, cujo lema é “Unidos na Diversidade”. Este pressuposto tem fundamentado a identidade cultural, a integração e a coesão social dos povos europeus. A União Europeia considera que o multilinguismo é uma resposta aos desafios políticos e sociais, como reforço da coesão social e do diálogo intercultural da construção da Casa Europeia. A partir de uma análise qualitativa exploratória dos documentos mais importantes das instituições da União sobre as políticas culturais e linguísticas, o objetivo do nosso trabalho foi indagar se é possível, atualmente, falar de uma Europa plurilinguística e, conseqüentemente, pluricultural. Após análise da evolução das principais políticas linguísticas verificou-se as limitações e vantagens que alguns Estados-membros souberam aproveitar para a preservação do seu património linguístico. Aborda-se, ainda, o pluriculturalismo como consequência decorrente do plurilinguismo. Por

**Profesor Asociado
C en el Departamento
de Psicología, División
de Ciencias de la
Salud, Campus León
de la Universidad de
Guanajuato, México;
Miembro del Sistema
Nacional de Investigadores
(SNI) del Consejo
Nacional de Ciencia y
Tecnología (CONACYT);
Doctor en Psicología
por la Universidad de
Extremadura, España.
charles.rodriques@ugto.mx

*Docente de Filosofía de la
Ciencia en la Universidad
de Guanajuato, México;
Doctoranda en Relaciones
Interculturales de la
Universidade Aberta de
Lisboa, Portugal
[paulafigueiredo@campus.
ul.pt](mailto:paulafigueiredo@campus.ul.pt)

último, foi possível averiguar que apesar do esforço para promover o multilinguismo, o alcance das políticas linguísticas da União não vai além de medidas de orientação e de compromisso por parte dos Estados-membros, dificultando uma integração pluricultural efetiva.

Resumen

La promoción de la diversidad lingüística ha sido uno de los principios básicos de la Unión Europea, cuyo lema es “Unidos en la diversidad”. Este presupuesto se basa en la identidad cultural, la integración y la cohesión social de los pueblos europeos. La Unión Europea considera que el multilingüismo es una respuesta a los desafíos políticos y sociales, tales como el fortalecimiento de la cohesión social y el diálogo intercultural en la construcción de la *Casa Europea*. A partir de un análisis cualitativo exploratorio de los documentos más importantes de las instituciones de la UE sobre las políticas culturales y lingüísticas, el objetivo de nuestro estudio fue investigar si es posible hoy en día hablar de una Europa plurilingüística y, por tanto, pluricultural. Tras examinar la evolución de las principales políticas lingüísticas, mencionase las limitaciones y ventajas que algunos Estados miembros aprovecharan para preservar su patrimonio lingüístico. De seguida, se enfoca en el pluriculturalismo como consecuencia del plurilingüismo. Por ende, fue posible determinar que, a pesar de los esfuerzos para promover el multilingüismo, el ámbito de aplicación de la política lingüística de la UE no pasa de medidas de orientación y de compromiso de los Estados miembros, lo que dificulta una integración pluricultural.

Palavras-Chave: União Europeia, Multilinguismo, plurilinguismo, pluriculturalismo.

Palabras clave: Unión Europea, multilingüismo, plurilingüismo y pluriculturalismo.

A Europa é um mosaico linguístico, a sua diversidade está marcada, simultaneamente, tanto pelo que a separa, como pelo que a aproxima. As vantagens e os inconvenientes desta diversidade constituem, todavia, uma fonte de riqueza cultural. As línguas europeias ocidentais, tal como as conhecemos, resultam de uma divergência gradual que se estabeleceu a partir de uma mesma língua inicial e constitui hoje a família indo-europeia. A diversidade das línguas europeias decorre de uma experiência histórica única, cada uma é portadora de uma memória, de um património literário, de uma habilidade específica, que se constitui como fundamento legítimo de uma identidade cultural. Deste modo, a língua alimenta a identidade das nações e dos indivíduos, definindo cada indivíduo dentro dos seus limites históricos e culturais. O atual panorama linguístico da Europa apresenta, assim, uma diversidade que é o reflexo evolutivo da história dos povos que as moldaram (Siguán, 2005; Walter, 1996).

A pluralidade linguística na União Europeia (UE) sendo uma consequência direta da imensa variedade cultural dos seus povos, deve ser vista como uma fonte de riqueza e como instrumento privilegiado para a construção de sociedades mais unidas e integradas. A língua como expressão direta da identidade dos povos é reconhecida como um dos principais objetivos a manter e de valor fundamental para UE. O respeito pela diversidade linguística no espaço europeu foi ratificado, em 2000, no artigo 22º da “*Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*” (União Europeia, 2010)

De facto, desde o início do projeto Europeu, o respeito pela pluralidade linguística dos povos europeus consagrou-se na “*Convenção Cultural Europeia*”, assinada em Paris em dezembro de 1954, que adotou o uso de todas as línguas oficiais dos Estados-membros, de acordo com o princípio da igualdade jurídica. Contudo, a proteção das línguas não oficiais, ou seja, das línguas regionais apenas foi aprovada com “*Carta Europeia para as Línguas Regionais ou Minoritárias*”, pelo Conselho da Europa, em novembro de 1992 (Conselho de Europa, 1954, 1992).

A política europeia no âmbito da cultura, educação e línguas tem primado por promover a diversidade linguística no espaço da União. Apesar da noção de diversidade se encontrar profundamente enraizada na política linguística da UE, não foi, especificamente, a promoção ou defesa da diversidade que impulsionou as primeiras ações da Comunidade Europeia em termos de política linguística. Contudo, mesmo considerando que estas políticas foram impulsionadas por motivos económicos ao abrigo da competitividade europeia, o facto é que a aprendizagem de línguas estrangeiras é uma mais valia para qualquer cidadão europeu, não só em termos sociais, mas também de desenvolvimento humano (Calvet, 1993; Hagège, 1992).

Segundo o *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: Aprendizagem, ensino, avaliação* (QECR), a conceptualização do termo multilinguismo “é entendido como o conhecimento de um certo número de línguas ou a coexistência de diferentes línguas numa dada sociedade” (Conselho da Europa, 2001: 23). No que diz respeito, ao termo bilinguismo, este pode ter várias aceções. Os bilingues constituem um grupo heterogéneo, adotamos aqui o significado mais amplo, o domínio e uso de duas línguas, mesmo que uma delas seja a dominante (Pinto, 2013).

Quanto ao conceito monolingüismo indica o domínio de apenas uma língua, embora alguns autores consideram monolingue todo o indivíduo que tem o inglês como língua materna e bilingue todos os demais. O conceito plurilingüismo é uma noção mais específica, pois refere a competência de comunicar e de interagir linguisticamente em várias línguas, ou seja, o desenvolvimento e aquisição, tanto de um repertório linguístico, como de mecanismos que facilitam a interação das competências das diferentes línguas (Pinto, 2013; Siguán, 2005).

À aprendizagem das línguas junta-se, assim, a consciencialização da diversidade linguística e cultural e o respeito pelas diferentes formas que os povos têm em se expressar e de atuar. Deste modo, o desenvolvimento, simultâneo, do plurilingüismo e do pluriculturalismo constitui um processo natural, onde as competências linguísticas e culturais de cada língua interagem. Esta competência permite ao indivíduo relacionar-se de forma efetiva e eficaz nos diversos contextos socioculturais e, em simultâneo, alcançar uma compreensão mais profunda da sua própria identidade social e cultural (Calvet, 1993; Hagège, 1992).

O presente artigo pretende analisar, em primeiro lugar, o desenvolvimento das políticas linguísticas da UE, no que respeita à promoção das competências linguísticas dos cidadãos europeus, como trunfo da coesão social e económica. Considerando que há solidez nestas políticas, verificámos os limites de aplicação das recomendações das instituições europeias, bem como as vantagens que alguns Estados-membros souberam aproveitar para a preservação do seu património linguístico. De seguida, abordamos o plurilingüismo como consequência decorrente do multilingüismo e o enriquecimento que a aprendizagem de outras línguas aporta para o desenvolvimento de

competências, habilidades e atitudes interculturais. Por último, efetuamos uma breve reflexão, a de saber se é possível, atualmente, falar de uma Europa plurilinguística e, conseqüentemente, de uma Europa do pluriculturalismo.

A Evolução do Multilinguismo na União Europeia

O Tratado de Roma que instituiu a Comunidade Económica Europeia refere a importância da cultura como elemento unificador dos povos europeus e promotor do desenvolvimento económico, todavia, no âmbito de políticas linguísticas este demonstrou-se omissivo. Desde o início do processo de integração, a chamada identidade europeia, bem como, as matrizes culturais europeias têm se revelado temas controversos. Isto porque os diversos Estados-membros têm diferentes concepções de política linguística, visíveis não só nas diferenças culturais antropológicas, mas também nas diferentes formas como os Estados gerem a sua cultura, quer em termos institucionais, quer em termos metodológicos (Labrie, 1993; Siguán, 2005).

No entanto, o respeito dos Estados-membros pela diversidade linguística dos diferentes países e regiões da Europa representa um contributo importante para a construção e consolidação de uma EU, baseada nos princípios da democracia e da diversidade cultural, tendo em conta os limites soberanos nacionais e a integridade territorial (Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura - UNESCO, 1996; União Europeia, 2010).

A base jurídica da política linguística da UE foi estabelecida pelo Regulamento n.º I do Conselho da Comunidade Económica Europeia, de 1958, que enumera quais as línguas oficiais e especifica quando e para que fins estas devem ser utilizadas. Desde o início foram visíveis as preocupações da UE, no plano teórico, de assumir o multilinguismo no espaço europeu, possibilitando aos cidadãos europeus o acesso a todos os documentos fundamentais da instituição nas línguas oficiais de cada país, tendo estes, ainda, o direito de se dirigir por escrito à Comissão e de receber uma resposta na sua própria língua (Comunidade Económica Europeia, 1958).

Durante a década dos anos 80 do século XX, foram aprovadas diversas medidas, relativamente, à educação e à promoção da aprendizagem de línguas, pelo Comité Europa dos Cidadãos. Entre as quais o programa “*Erasmus*”, que possibilita a mobilidade de estudantes e integra o objetivo linguístico; e, o programa “*Lingua*” destinado, essencialmente, a promover o conhecimento de línguas entre professores e estudantes universitários (Conselho das Comunidades Europeias, 1987; Conselho Europeu, 1985; Parlamento Europeu, 2006).

Com a assinatura do Tratado de Maastricht, em 1992, as instituições europeias passaram a ter atribuições em matéria de cultura, educação e formação profissional e, conseqüentemente, a divulgação e incentivo à aprendizagem das línguas oficiais dos Estados-membros. Com o reconhecimento do desenvolvimento da dimensão europeia em termos educativos, surgiu então, o incentivo e a promoção do multilinguismo. Nos anos 90, o programa “*Lingua*” subdividiu-se em dois programas específicos: “*Leonardo Da Vinci*”, para o desenvolvimento da formação profissional dos cidadãos europeus, além-fronteiras da UE; e, “*Sócrates*” para cooperação entre estabelecimentos de ensino, bolsas no estrangeiro para formação contínua de professores e elaboração de instrumentos de aprendizagem e de ensino. Este programa, ainda em vigor, tem três níveis de ação: o “*Comenius*”

para o ensino básico e secundário; o “*Erasmus*”, para o ensino superior; e, o “*Grundtvig*” ensino para adultos e outros percursos educativos (Parlamento Europeu, 2006).

Após o Conselho Europeu de Lisboa de 2000, a defesa do multilinguismo passou a ser vista como um elemento necessário à prosperidade e à coesão social. Neste sentido, a UE propôs-se orientar a política do multilinguismo, considerando os seguintes objetivos: incentivar os cidadãos a aprender e a falar mais que uma língua estrangeira; destacar a importância das línguas e do multilinguismo na economia europeia; e, assegurar aos cidadãos europeus o acesso a toda a legislação, procedimentos e informação da UE na sua própria língua (Conselho Europeu, 2000).

O compromisso de salvaguardar a diversidade linguística e promover o conhecimento de línguas, por parte da União fundamentou-se, por um lado, em razões de identidade cultural, e por outro lado, na necessidade de encorajar as relações económicas e de mobilidade dentro do espaço europeu. De facto, os cidadãos multilingues estão em melhor posição para tirar proveito das oportunidades económicas, educacionais e profissionais criadas por uma Europa integrada. Uma força de trabalho com potenciais linguísticos é fundamental para a competitividade da economia da UE (Coulmas, 1991; Siguán, 2005).

Na reunião de Barcelona de 2002, o Conselho Europeu estabeleceu objetivos concretos em relação aos sistemas de educação e formação dos europeus – promover a qualidade de ensino e melhorar as competências das línguas estrangeiras, desde a idade mais precoce. Em simultâneo, para medir a evolução de tal objetivo, ficou o compromisso de desenvolver instrumentos de avaliação, como é o caso da criação do Indicador de Competência Linguística, em 2003 (Conselho Europeu, 2002)

De acordo com o relatório da Comissão Europeia de 2003, perante a constatação de que as competências linguísticas, dos cidadãos europeus se distribuíam de forma desigual por países e grupos sociais; que o leque de línguas estrangeiras faladas pelos europeus era reduzido, limitando-se, fundamentalmente, ao inglês, francês, alemão e espanhol; e, sendo a aprendizagem de uma língua franca algo redutor, foi adotado um plano de ação para o biênio 2004-2006, “*Promover a aprendizagem das línguas e a diversidade linguística*”. Neste sentido, a Comissão colocou como objetivo que cada cidadão europeu deve possuir competências de comunicação suficientes em pelo menos duas outras línguas, para além da sua língua materna (Comissão Europeia, 2003).

Já em 2005, o relatório da Comissão Europeia sobre as orientações de “*Um novo quadro estratégico para o multilinguismo*”, indicava a necessidade de reafirmar o compromisso na defesa do multilinguismo: a aprendizagem de novas línguas abre novas oportunidades; o inglês por si só não é suficiente; todos podem aprender uma língua estrangeira em qualquer etapa da sua vida; ou, qualquer nível de domínio linguístico é útil. Este quadro estratégico abriu um novo precedente em relação às orientações da política linguística da União, estendendo-a ao mercado de trabalho interno e às empresas, de modo a promover o multilinguismo como elemento de competitividade da economia europeia, de mobilidade e de empregabilidade (Comissão Europeia, 2005).

A Comissão aconselhou, ainda, aos Estados-membros à promoção do multilinguismo como reforço da coesão social, do diálogo intercultural e da construção europeia. Com esta perspetiva, saiu reforçada a promoção da diversidade linguística e do diálogo intercultural - quer pelo reforço à

tradução, circulação e difusão de obras e ideias, quer pela promoção das línguas da UE no mundo. Outras orientações que se destacaram: a promoção da investigação nas áreas das línguas; a criação de um grupo de alto nível para o multilinguismo; a inauguração do portal das línguas; e, o incentivo à criação de páginas *web* multilingues (Comissão Europeia, 2005).

Em 2008, o *Grupo de Alto Nível sobre o Multilinguismo* considerou que, perante as limitações do ensino formal, as políticas deveriam reforçar a motivação para a aprendizagem de línguas estrangeiras, principalmente, para adultos. Desde então, a UE mantém em vigor o programa “*Europa Criativa*” que se destina ao apoio financeiro da tradução. Continua a apoiar o “*Centro Europeu de Línguas Modernas*” que nos últimos anos tem servido de apoio à implementação de políticas linguísticas por parte dos Estados-membros. Mantém, ainda, o “*Centro de Investigação Europeu Mercator sobre Multilinguismo e Aprendizagem das Línguas*” que tem como função promover e preservar as línguas regionais e minoritárias. No ano de 2014, o lançamento do programa “*Erasmus +*” visou o apoio linguístico que além dos estudos abarca a realização de estágios ou de voluntariado num país estrangeiro (Grupo de Alto Nível sobre o Multilinguismo, 2008; Parlamento Europeu, 2016).

Devido ao elevado índice de desemprego nas camadas mais jovens da população, muitos deles devido à falta de qualificações adequadas e de experiência profissional, a Comissão Europeia lançou o programa “*Juventude em Movimento*” integrado na estratégia “*Europa 2020*” que entre a promoção à mobilidade e apoio ao primeiro emprego, privilegiando a aquisição de conhecimentos, competências e a experiências. Este programa tem como objetivo adequar os sistemas de ensino e de formação às necessidades dos jovens e incentivar os jovens a aproveitar os subsídios da UE para estudar em outros países (Comissão Europeia, 2010).

Limitações das Políticas do Multilinguismo Europeu

A UE tem atualmente 505 milhões de cidadãos, integra 28 Estados-membros, tem 24 línguas oficiais, três alfabetos, cerca de 60 línguas regionais e minoritárias, e aproximadamente 175 nacionalidades imigrantes. Perante tal diversidade linguística as políticas, em defesa do multilinguismo, ganharam maior relevância à medida que a União crescia. Os desafios da diversidade linguística europeia compeliram a UE a atribuir uma pasta autónoma ao Comissário Leonard Orban. Como refere o *Grupo de Alto Nível sobre o Multilinguismo* em consequência do alargamento, do mercado único e da mobilidade crescente na União, da redinamização das regiões, do advento da sociedade do conhecimento, da imigração e da globalização, o desafio do multilinguismo alcançou uma importância completamente nova, em termos de dimensão, complexidade e relevância política e económica (Comissão Europeia, 2005; Comissão Europeia, 2017).

No entanto, as avaliações efetuadas sobre as diversas políticas educacionais e linguísticas aplicadas pelos Estados-membros, na última década, revelam as limitações da competência das políticas da UE. Segundo o relatório do Eurobarómetro de 2006, os resultados apontavam para uma evolução otimista em relação à Europa multilingue. O relatório menciona que a UE é multilingue numa dupla aceção, por um lado muitas línguas nativas são faladas na área geográfica e, por outro lado uma parte significativa dos cidadãos europeus tem competências em outras línguas além da língua materna (Eurobarómetro, 2006).

A análise dos resultados do Eurobarómetro de 2012, revelou o crescimento de falantes de uma segunda língua estrangeira. Não só os europeus estão mais motivados para aprender uma nova língua, assim como, nove em cada dez cidadãos da União pensam que falar línguas estrangeiras é muito útil. A maioria dos europeus (98 %) acreditam que aprender pelo menos uma língua estrangeira é importante para o futuro dos seus filhos. Apesar disso, cerca de metade dos cidadãos europeus (46%) continuam monolíngues. Já a percentagem de população bilingue é de 19%, cerca de 25% são trilingues e apenas 10% falam quatro ou mais línguas. A diminuição do bilinguismo, verificada entre o período de 2006 a 2012, pode ter uma leitura face ao alargamento dos países de leste à UE, a aprendizagem da língua russa e a alemã têm diminuído, consideravelmente, desde 2006 (Eurobarómetro, 2012).

Apesar do número de falantes em uma ou mais línguas estrangeiras ser superior aos monolíngues, o *Inquérito Europeu sobre Competências Linguísticas de 2012*, salientou que existe grande diferença entre as aspirações da UE e a realidade. Na prática, quanto às competências em línguas estrangeiras, os resultados revelam que nos alunos adolescentes de 14 países europeus apenas 42% são competentes na sua primeira língua estrangeira e apenas 25% na segunda. Inclusive, 14 % dos adolescentes, no caso da primeira língua estrangeira, e 20 %, na segunda, não atingem nem o nível de “utilizador de base”. Como resultado deste estudo, a Comissão Europeia pretende reforçar o apoio à aprendizagem de línguas, através do novo programa “Erasmus +” (Comissão Europeia, 2012).

Considerando o esforço político e financeiro das políticas comunitárias para a promoção do multilinguismo, estes resultados revelam uma eficácia aquém do esperado. De facto, os programas da União para incentivar a aprendizagem de línguas estrangeiras são criticados desde a década dos anos 90. Como aconteceu com o caso do programa “Erasmus”, em que se verificou que a maioria dos estudantes não conseguia atingir o nível elementar de conhecimento de uma língua estrangeira, após frequentar o programa; ou com o programa “Sócrates” que se mantinha limitado às línguas oficiais dos Estados-membros, deixando à margem outras línguas faladas no território da União (Siguán, 2005).

Na realidade, o âmbito das políticas educativas e linguísticas da UE tem tido uma influência limitada sob os Estados-membros. O alcance destas políticas não vai além das medidas de orientação, apoio, incentivo ou de recomendação, uma vez que esta matéria é da responsabilidade dos Estados, consagrada no artigo 165º e 166º, do Título XII, e do 167º, do Título XIII, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (União Europeia, 2010). Neste sentido, são os Estados-membros que tomam as decisões normativas sobre as suas políticas educativas e linguísticas, incluindo aquelas que incidem sobre as línguas regionais ou minoritárias (Giordan, 1992; Labrie, 1993). Cabe, no entanto, à Comissão Europeia propor nova legislação e promover o intercâmbio de boas práticas educativas e linguísticas (Comissão Europeia, 2017).

Como referimos no início desta secção no espaço europeu convivem mais de 175 nacionalidades imigrantes, para os quais o problema do domínio da língua do país de acolhimento continua muitas vezes a ser o primeiro obstáculo para uma boa integração. Neste âmbito, das línguas dos imigrantes, as diretivas da União em relação ao ensino de línguas externas à União, foram regulamentadas pelo Parlamento Europeu em 2005, através da proposta de resolução, do então, eurodeputado Miguel Portas, sobre a “*Integração dos Imigrantes na Europa, através de Escolas e de um Ensino Multilíngues*”.

Esta resolução apesar de incentivar os Estados-membros a promoverem medidas que assegurem a diversidade linguística - não limitando a escolha às línguas europeias mais faladas - as competências para aplicação da proposta mantêm-se sob a responsabilidade dos Estados-membros (Giordan, 1992; Labrie, 1993; Siguán, 2005).

Na verdade, a aprendizagem da língua materna e da língua do país de acolhimento permite interseções e interferências culturais que se evidenciam, por exemplo, em obras literárias de alguns autores migrantes. O potencial destes autores surge a partir do seu pluriculturalismo, que transpõem para a escrita um grande número de possibilidades de combinações linguísticas, que podem ir desde experiências - brincam com a língua - até ao romper das expectativas convencionais, fomentando a riqueza do património literário (Giordan, 1992)

Mesmo em relação a um dos princípios fundamentais da UE, como a promoção de todas as línguas oficiais, reconhecendo que todas as línguas dos Estados-membros são oficiais e línguas de trabalho dos organismos europeus, esta tornar-se incompatível com o crescimento da União (Siguán, 2005). Situação que é possível verificar em grande parte dos documentos oficiais, disponibilizados na *internet*, traduzidos em apenas 3 línguas - inglês, francês e alemão - assim como alguns dos sites de instituições europeias não se encontram atualizados em todas as línguas oficiais da União. Inclusive, verificou-se que durante o ano de 2014, o principal portal da Comissão Europeia dedicado ao multilinguismo “*LANGUAGES – Supporting language diversity in Europe*” encontrava-se exclusivamente em inglês.

Todavia, apesar do limite da ação da EU, há Estados-membros que souberam aproveitar as vantagens dos incentivos para a preservação das línguas regionais ou minoritárias. Espanha tem sido um exemplo característico da chamada autonomia linguística. A Constituição Espanhola de 1978, retificou a tradição uniformista, no sentido de afirmar o castelhano como língua oficial de Espanha, porém as outras línguas passaram a ser consideradas línguas oficiais dentro das comunidades autónomas, de acordo com os seus estatutos. Defendendo, assim, a riqueza da diversidade linguística de Espanha, como património cultural, que deve ser objeto de especial respeito e proteção (Giordan, 1992; Siguán, 2005).

Dentro das desaseis Comunidades Autónomas, cinco têm uma língua cooficial com o castelhano: o catalão na Catalunha e nas Ilhas Baleares; o valenciano em Valência; o galego na Galícia; e o euskera ou basco no País Basco; a entre ajuda das comunidades linguísticas foi fundamental para a sobrevivência destas línguas. Entre 1982 e 1986, estas seis comunidades aprovaram leis que definem as línguas regionais como cooficiais, estabelecendo a igualdade jurídica entre as duas línguas. Neste âmbito, documentos em qualquer uma das duas línguas assumem o mesmo valor jurídico e o direito dos cidadãos em utilizar qualquer uma das duas línguas, na sua vida privada ou pública. Simultaneamente, estas comunidades, desenvolveram medidas para promover o uso das línguas autóctones em três âmbitos: na administração pública, no ensino e nos meios de comunicação (Siguán, 2005).

Quanto ao resultado do investimento efetuado para a aprendizagem de línguas estrangeiras, Espanha, não regista os melhores indicadores. Em 2011, os alunos do secundário matriculados em duas ou mais línguas estrangeiras era de 40,2% e a competência linguística no inglês para usuários

independentes, no ensino secundário indicava 14% para utilizadores B1 e 13% para utilizadores B2 (Comissão Europeia, 2012).

Nos últimos anos as políticas educacionais e linguísticas parecem esbarar na problemática financeira, tanto no âmbito geral da União, como em particular nos Estados-membros. Em 2014, o Parlamento Europeu efetuou um corte de 56% para as despesas de tradução, uma clara ameaça à salvaguarda da diversidade linguística e à promoção do multilinguismo, que tem fundamentado a identidade cultural, a integração e a coesão social dos povos europeus (Esquerda.Net, 2014).

O Plurilinguismo e o Pluriculturalismo

Até ao início dos anos 60 a aprendizagem de mais de uma língua era vista como uma desvantagem. Possivelmente, a postura da UE, em defesa da diversidade linguística, pode ter contribuído para impulsionar a investigação a encontrar factos empíricos que fundamentassem a defesa do multilinguismo. A partir do início dos anos 70, surgiram diversos estudos que permitiram verificar os benefícios cognitivos do bilinguismo - sobre o pensamento divergente nos bilingues, a consciência linguística no bilinguismo, a consciência metalinguística no multilinguismo, o efeito do bilinguismo na inteligência, os efeitos da atenção controlada dos bilingues, na memória operatória e no reconhecimento e as capacidades metalinguísticas em crianças plurilingues (Pinto, 2013: 376).

Segundo estes estudos, os indivíduos que falam fluentemente duas línguas: têm a possibilidade de aumentar o controlo cognitivo, relativamente a outros processos cognitivos; maior capacidade para lidar com ideias divergentes e ambíguas, ou seja, resolução de conflitos; e, maior benefício em termos de reserva cognitiva, o que pode eventualmente retardar o aparecimento de demências como o Alzheimer. Também, foi possível constatar que estes indivíduos mantêm maior criatividade, maior sensibilidade comunicativa e mais apurada. Maioritariamente, os comportamentos averiguados nos indivíduos bilingues, também, se podem verificar nos indivíduos multilingues, neste sentido, o bilinguismo ou o multilinguismo são considerados como uma mais valia (Baker, 2011; Bialystok, Craik & Freedman, 2007; Pinto, 2013).

É com base nesta vantagem, da diversidade linguística e cultural da Europa, que a UE tem vindo a trilhar os caminhos do multilinguismo incentivando os cidadãos europeus a aprender as línguas uns dos outros, para que todos juntos contribuam para a construção de *“uma casa comum, na qual a diversidade é celebrada e onde as nossas muitas línguas maternas constituem uma fonte de riqueza e uma via aberta para uma maior solidariedade e compreensão mútua”* (Comissão Europeia, 2005: 2).

No início do nosso trabalho definimos as diferenças entre os conceitos multilinguismo e plurilinguismo. Enquanto o primeiro termo está associado à aprendizagem de uma ou mais línguas e num determinado espaço geográfico, o segundo refere-se ao repertório de línguas que uma pessoa pode falar e agir interculturalmente. A ideia de que o plurilinguismo é da ordem do falante, da consciencialização do indivíduo para a diversidade cultural que esta abarca, encontra-se patente na referência da política europeia *“O aprendente não adquire pura e simplesmente dois modos de atuar e de comunicar distintos e autónomos. O aprendente da língua torna-se plurilingue e desenvolve a interculturalidade. As competências linguísticas e culturais respeitantes a uma língua são alteradas pelo conhecimento de outra e*

contribuem para uma consciencialização, uma capacidade e uma competência de realização interculturais.” (Conselho da Europa, 2001: 73).

O multilinguismo leva ao aperfeiçoamento das competências de aprendizagem e da capacidade de estabelecer relações com os *Outros*. Enquanto, o plurilinguismo explora e desenvolve as competências sociolinguísticas e pragmáticas do indivíduo, conduzindo a uma melhor percepção no âmbito da organização linguística de línguas diferentes (consciência metalinguística e interlinguística). Sendo a língua um dos aspetos fundamentais da cultura é através do plurilinguismo que o indivíduo acede às manifestações culturais de outros povos, sustentando o contexto frutífero do pluriculturalismo. A possibilidade de compreender e interiorizar outras formas de expressão da diversidade cultural (Calvet, 1993; Hagège, 1992; Labrie, 1993).

Considerando que as competências plurilingues possibilitam o desenvolvimento da capacidade de raciocínio e de abstração, estas também promovem a tolerância perante a diversidade, o respeito pelo *Outro*. A função da linguagem na comunicação, no diálogo e na história dos humanos é dar a conhecer o mundo. A linguagem possibilita, assim, ao indivíduo que fala uma determinada língua, uma visão do mundo, a linguagem e o mundo não têm uma existência independente. Pode-se afirmar que a linguagem é a mediação necessária entre o indivíduo e o mundo, pela qual este conhece os fenómenos que ocorrem. Deste modo, a linguagem e mundo dão-se em função um do outro, o mundo só é mundo enquanto referido através da linguagem, e a linguagem só existe pelo facto de nela se representar o mundo (Rocha, 2004).

Esta perspetiva leva a inferir que a competência plurilingue é indestrinçável da competência pluricultural, *“Plurilingual and pluricultural competence refers to the ability to use languages for the purposes of communication and to take part in intercultural interaction, where a person, viewed as a social actor has proficiency, of varying degrees, in several languages and experience of several cultures. This is not seen as the superposition or juxtaposition of distinct competences, but rather as the existence of a complex or even composite competence on which the social actor may draw”* (Coste, Moore & Zarate, 2009: 11)

Destas premissas decorre que a convivência numa Europa plurilinguística, possibilita ao indivíduo pensar a partir de outras línguas, permitindo-lhe a compreensão de novos mundos, tecendo o conhecimento. Assim, aprender outra língua faz com que o indivíduo se aproxime da diversidade cultural de outros mundos, onde este é convidado a encontrasse com ele próprio e com os *Outros*. A aprendizagem de uma outra língua permite a compreensão das relações socioculturais, dado que impulsiona o diálogo e as relações interculturais, ou seja, na nossa própria língua a receção do universo mental de outra cultura e, portanto, de costumes, crenças e valores (Rocha, 2004).

Considerações Finais

Da análise dos documentos constata-se que a UE tem implementado políticas com o propósito de incentivar os cidadãos europeus para a importância do multilinguismo. Na verdade, a defesa do multilinguismo fundamentou-se como um elemento necessário à prosperidade e à coesão social do espaço europeu, além do manifesto reconhecimento na preservação da identidade cultural dos povos europeus. Apesar de os últimos resultados estatísticos indicarem aumentos significativos na evolução do multilinguismo em alguns dos Estados-membros, como no caso de Espanha, o facto

é que se verifica na totalidade da UE uma ligeira diminuição do número de indivíduos que falam mais do que uma língua.

O estudo efetuado sobre as competências linguísticas dos cidadãos europeus, evidencia que ainda há um longo caminho a percorrer para a construção de uma cidadania europeia plurilingue. Estes resultados abrangem várias leituras. Por um lado, em termos de políticas linguísticas da UE, verifica-se que o alcance destas não vai além de medidas de orientação e de compromisso por parte dos Estados-membros, pois são estes em última instância que tomam as decisões normativas, o que por vezes assume um carácter protecionista da língua oficial. Acresce, ainda, considerar as limitações de alguns dos programas promovidos pela a EU. Assim, como a problemática financeira, pela parca disponibilização de fundos que ajudem os Estados a implementar os planos de ação ou pela forma como estes são aplicados.

Por outro lado, considera-se que o objetivo principal das políticas linguísticas da UE, está fundamentado, principalmente, em motivos económicos, onde a promoção do multilinguismo visa, fundamentalmente, o reforço da competitividade do mercado europeu. Este aspeto é visível quando focamos as políticas linguísticas para imigrantes. A tão necessária coesão social promovida pelo multilinguismo é excluída deste discurso, quando a língua do imigrante não pode ser aprendida em detrimento da língua oficial dos Estados-membros. Ou seja, o imigrante pode preservar a sua cultura, mas tem a obrigatoriedade de se integrar no ensino da língua nacional do país de acolhimento. Esta posição adotada pelos Estados-membros leva a população imigrante a assimilar a cultura de acolhimento em prejuízo da sua.

O pluralismo linguístico da Europa forma a verdadeira escola de alteridade dos povos europeus, onde a universalidade linguística se faz pela singularidade das línguas. A conservação da profusão de línguas no espaço europeu é a negação da uniformidade em benefício da pluralidade. A aprendizagem de uma nova língua permite o desenvolvimento de competências sociolinguísticas, aperfeiçoando a capacidade do indivíduo em estabelecer relações interculturais, consolida e enriquece o diálogo com ele mesmo e com os *Outros*. Isto é, o indivíduo conhece-se como pessoa em relação, e por vezes em oposição, com os outros, surgindo desta relação um diálogo mais tolerante e construtivo.

Apesar do longo caminho a percorrer para que possamos afirmar o pluriculturalismo europeu, sustentamos que o sentido das políticas, educativa, cultural e linguística da UE deve, fundamentalmente, orientar-se pela necessária coesão social, o reconhecimento das diferentes visões do mundo dos diversos povos e culturas, que convivem no espaço europeu. Este pressuposto é essencial à construção do multilinguismo e, conseqüentemente, do plurilinguismo, promovendo o tão desejado pluriculturalismo da casa europeia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Baker, Colin (2011). *Foundations of Bilingual Education and Bilingualism*. (5º ed). USA: McNaughton & Gunn.

Bialystok, Ellen, Craik, Fergus & Freedman, M. (2007). *Bilingualism as a Protection Against the Onset of Symptoms of Dementia*. in *Neuropsychologia*, vol. 45, 2 (pp. 459-464). Doi:10.1016/j.neuropsychologia.2006.10.009.

Calvet, Louis-Jean (1993). *L'Europe et ses Langues*. Paris: Plon.

Coste, Daniel, Moore, Danièle & Zarate, Geneviève (2009). *Plurilingual and Pluricultural Competence*. Strasbourg: Council of Europe: Language Policy Division.

Coulmas, Florian (1991). *A Language Policy for the European Community. Prospects and Quandaries*. Berlin & Nueva York: Mouton de Gruyter.

Esquerda.Net (2014). *Cortes nas Despesas do Parlamento Europeu Ameaçam o Multilinguismo*. Recuperado de <http://www.esquerda.net/dossier/cortes-nas-despesas-do-parlamento-europeu-ameacam-o-multilinguismo/32287> , consultado 01-02-2017

Giordan, Henri (1992). *Les Minorités en Europe. Droits Linguistiques et Droits de l'Homme*. Paris: Kimé

Hagège, Claude (1992). *Le Souffle de la Langue. Voies et Destins des Parlers d'Europe*. Paris: Odile Jacob.

Labrie, Normand (1993). *La Construction Linguistique de la Communauté Européenne*. Paris: Champion.

Pinto, Maria Graça (2013). *O Plurilinguismo: um Trunfo*. in *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 48, jul/set. (pp. 369-379).

Rocha, Acílio (2004). *O "Rapto de Europa": Hermenêutica e Multiculturalismo*. in *Forum* 35 (pp. 3-39).

Siguán, Miguel (2005). *La Europa de las Lenguas*. (2ª ed.). Madrid: Alianza Editorial.

Walter, Henriette (1996). *A Aventura das Línguas do Ocidente – sua origem, a sua história, a sua geografia*. Lisboa: Terramar.

Legislação Europeia e Estatística

Comunidade Económica Europeia – CEE (1958). *Regulamento Nº 1 que Estabelece o Regime Linguístico da Comunidade Económica Europeia*. Recuperado de <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:31958R0001&from=FR> , consultado 08-02-2017

Comissão Europeia (2017). *Multilinguismo*. Recuperado de http://europa.eu/pol/mult/index_pt.htm , consultado 01-02-2017

Comissão Europeia (2012). *First European Survey on Language Competences: Final Report*. Recuperado de https://crell.jrc.ec.europa.eu/sites/default/files/files/eslc/ESLC_Final%20Report_210612.pdf , consultado 08-02-2017

Comissão Europeia (2010). *Juventude em Movimento – Intensificar o Apoio aos Jovens Europeus*. Recuperado de http://europa.eu/rapid/press-release_IP-10-1124_pt.htm , consultado 08-02-2017

Comissão Europeia (2005). *Comunicação da Comissão: Um Novo Quadro Estratégico para o Multilinguismo*. Recuperado de <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52005DC0596&from=PT> , consultado 08-02-2017

Comissão Europeia (2003). *Promover a Aprendizagem das Línguas e a Diversidade Linguística: Um Plano de Acção 2004-2006*. Recuperado de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52003DC0449:PT:HTML> , consultado 01-02-2017

Conselho das Comunidades Europeias (1987). *Decisão do Conselho de 15 de Junho de 1987 que adopta o programa de acção comunitário em matéria de mobilidade dos estudantes (Erasmus)*. Recuperado de <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A31987D0327> , consultado 01-02-2017

Conselho da Europa (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: Aprendizagem, ensino, avaliação (QECR)*. Porto: Edições Asa.

Conselho da Europa (1992). *European Charter for Regional or Minority Languages*. Recuperado de <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=090000168007bf4b> , consultado 01-02-2017

Conselho da Europa (1954). *European Cultural Convention*. Recuperado de <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=090000168006457e> , consultado 01-02-2017

Conselho Europeu (2002). *Conselho Europeu de Barcelona – Conclusões da Presidência, 15 e 16 de Março de 2002*. Recuperado de <http://www.consilium.europa.eu/en/search/?ent%5B%5D=600&ft%5B%5D=WebPages&ft%5B%5D=Documents&q=barcelona> , consultado 01-02-2017

Conselho Europeu (2000). *Conclusões da Presidência, Conselho Europeu de Lisboa, 23 e 24 de Março de 2000*. Recuperado de http://www.consilium.europa.eu/pt/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/00100-r1.p0.htm , consultado 01-02-2017.

Conselho Europeu (1985). *Conselho Europeu de Milão. Comité da Europa dos Cidadãos, de 28 e 29 de Junho de 1985*. Recuperado de <https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000036965/documento/00011> , consultado 01-02-2017

Eurobarómetro (2012). *Europeans and their Languages, 2012*. Recuperado de http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_386_en.pdf , consultado 01-02-2017

Eurobarómetro (2006). *Os Europeus e as suas Línguas*. Recuperado de http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_243_sum_pt.pdf , consultado 01-02-2017

Grupo de Alto Nível sobre o Multilinguismo (2008). *Relatório Final*. Recuperado de http://cvc.instituto-camoes.pt/images/stories/tecnicas_comunicacao_em_portugues/portugues%20nas%20relacoes%20internacionais/Multilinguismo%20-%20Relatorio%20Final.pdf , consultado 01-02-2017

Parlamento Europeu (2016) *Política Linguística*. Recuperado de http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuld=FTU_5.13.6.html , consultado 01-02-2017

Parlamento Europeu (2006). *Novo Quadro Estratégico para o Multilinguismo*. Recuperado de <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?language=pt&type=IM-PRESS&reference=20061113IPR12527> , consultado 01-02-2017

Parlamento Europeu (2005). Relatório sobre a *Integração dos Imigrantes, através de Escolas e de um Ensino Multilingues*. .
Recuperado de
<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=REPORT&reference=A6-2005-0243&language=PT> , consultado
01-02-2017

Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura – UNESCO (1996). *Universal Declaration of Linguistic Rights*. Recuperado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001042/104267e.pdf> , consultado 01-02-2017

União Europeia (2010). *Tratados Consolidados Carta dos Direitos Fundamentais (TCCDF)*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.